



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES  
DO JEQUITINHONHA E MUCURI  
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA  
PEDAGOGIA

# **Da Educação Rural à Educação do Campo**

PROFº NAYARA CARMO

CARMO, NAYARA. MAPEANDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MINAS GERAIS: UM ESTUDO SOBRE EGRESSOS DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFMG (2005-2011) DO VALE DO JEQUITINHONHA. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAISBELO HORIZONTE, 2019.



## **DA EDUCAÇÃO RURAL À EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Se considerarmos a formação socioterritorial brasileira, desde a colonização a escola serviu para atender as elites. No entanto, cabe aqui, como ponto de partida (tendo compreensão deste histórico), a análise do processo ao longo do século XX, quando leis foram promulgadas e projetos implantados visando à escolarização dos povos do campo. Os destinatários da educação rural, segundo Ribeiro (2012, p.293), eram aqueles que trabalhavam e residiam nas zonas rurais com a agricultura como principal meio de subsistência.

Diniz-Menezes (2013, p.19) ressalta que até os anos 60 havia uma transferência do modelo urbano para o rural. Somente em 1932 o Governo Federal destinou cotas ao ensino rural e pronunciou que “era preciso educar as populações rurais para permanência no campo (PAIVA, 1987)”. Em outras palavras, era preciso ter controle sobre o movimento migratório do campo para cidade e tudo o que ele representava. No entanto, a escassez de instituições públicas para cuidar dessa articulação no âmbito nacional, estadual e municipal foi o grande obstáculo para operacionalização da legislação vigente. Nesse contexto, o governo federal concentrou suas atividades na educação de adultos: programas de alfabetização, educação comunitária e assistência técnica. Já a educação escolar para crianças do meio rural ficou sob a responsabilidade das prefeituras, eram elas as responsáveis por demitir professores, construir e fechar escolas... Segundo o autor, no meio rural esses tramites dependiam, em geral, da ação de fazendeiros ou da igreja, o que, em situações de conflitos políticos, tornava esse funcionamento arbitrário.

Segundo Carvalho (2015), por mais de cinco décadas, a escola rural teve suas bases edificadas em uma educação marcada pela visão de campo como espaço atrasado no desenvolvimento e puro em suas formas de sociabilidade. Ou era o rural do folclore ou o rural a ser modernizado, carente de tecnologias. Ainda segundo a autora, essa visão hegemônica não trazia para a escola as discussões que geravam tais migrações “tendo como intenção um ensino que permitisse controle político, ideológico, assistencialismo e separação entre os valores e conhecimentos pertencentes ao campo e à cidade” (CARVALHO, 2015, p.53).

Nos anos 70, o histórico dos índices de analfabetismo assustaram técnicos e pesquisadores e o tema assume relevância na produção científica da época. A tabela abaixo, parte do documento intitulado “Mapa de Analfabetismo no Brasil”, realizado pelo Ministério

da Educação e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (p.6) apresenta os números da população analfabeta entre as décadas de 1900 e 2000:

**FIGURA 01:** Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais - Brasil - 1900/2000

| Ano  | População de 15 anos ou mais |                           |                       |
|------|------------------------------|---------------------------|-----------------------|
|      | Total <sup>(1)</sup>         | Analfabeta <sup>(1)</sup> | Taxa de Analfabetismo |
| 1900 | 9.728                        | 6.348                     | 65,3                  |
| 1920 | 17.564                       | 11.409                    | 65,0                  |
| 1940 | 23.648                       | 13.269                    | 56,1                  |
| 1950 | 30.188                       | 15.272                    | 50,6                  |
| 1960 | 40.233                       | 15.964                    | 39,7                  |
| 1970 | 53.633                       | 18.100                    | 33,7                  |
| 1980 | 74.600                       | 19.356                    | 25,9                  |
| 1991 | 94.891                       | 18.682                    | 19,7                  |
| 2000 | 119.533                      | 16.295                    | 13,6                  |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Nota: (1) Em milhares

Fonte: MEC e INEP, 2003, p.6.

Diniz-Menezes (2013, p.21) ressalta que a precariedade era tão expressiva que alguns pesquisadores questionavam-se como resolver o problema concreto da escolarização da população do meio rural. Segundo a autora, a resposta a essas questões foi a nucleação como política pública: “não seria necessário mais pensar a escola no meio rural, e sim, garantir o transporte das crianças e jovens que ali ainda moravam para os centros urbanos mais próximos” (DINIZ-MENEZES, 2013, p.21). Logo, os movimentos sociais em emergência na década de 70 depararam-se com a falta de escola: “Como lutar pela conquista e permanência na terra se os filhos saíram rumo à cidade para estudar?”. Segundo Diniz-Menezes, esse foi o ponto de inflexão:

Já nos anos 70 foram criados os Centros Familiares de Formação por Alternância. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) assume atuação massiva na implantação, luta e gestão de escolas. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), entidade representativa das Federações Estaduais e Sindicatos Municipais, reitera a educação escolar como um elemento estrutural para construir o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (DINIZ-MENEZES, 2013, p.23).

Apesar de não aprofundarmos, cabe aqui ressaltar que entre as décadas de 60 e 90 ocorreram fenômenos históricos e políticos como a ditadura, a anistia, a redemocratização, a promulgação da constituição, um bum de programas e financiamentos, a chamada Revolução Verde, entre outros, que incidem sobre esse processo de forma direta e indireta. E com destaque

para compreensão desta sessão, é importante localizar historicamente a formação do Movimento Sem Terra.

O MST foi gestado no final da década de 70 e foi formalmente criado no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, em janeiro de 1984, no Paraná. Segundo Caldart (2001), o MST é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil e tem ajudado a recolocar na agenda política brasileira a questão da Reforma Agrária.

Diante desse contexto, “brotaram as indignações e desejos de construir outra história escolar com os povos que habitam e trabalham no campo” (DINIZ-MENEZES, 2013, p22) e, assim, movimentos sociais, igreja, universidades, organizações governamentais e não governamentais se envolveram em práticas coletivas que culminaram no I ENERA – Encontro Nacional de Educadoras da Reforma Agrária, realizado em 1997 em Luziânia/ Goiás pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As reflexões do Encontro levaram à organização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo em julho do ano seguinte, no mesmo local.

Para Caldart (2012, p.258), o surgimento da expressão “do campo” é datado desta conferência:

Utilizar-se-á a expressão campo, e não a mais usual, meio rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas, quando se discutir a Educação do Campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Embora com essa preocupação mais ampla, há uma preocupação especial com o resgate do conceito de camponês. Um conceito histórico e político (KOLLING, NERY e MOLINA, 1999, p.258).

A I Conferência Por uma Educação Básica do Campo foi um marco teórico e histórico para a Educação do Campo. O texto gerador, resultado dos debates, reflexões e construções feitas durante a Conferência aliou um projeto de educação a um projeto de sociedade; enfatizaram a Educação do Campo como direito, atendendo a especificidade dos sujeitos dessa educação: povos que habitam e trabalham no campo, com suas diferenças históricas e culturais. Segundo Carvalho (2015, p.56), diante uma ótica fundante, as propostas elaboradas serviram para embasar as propostas de ação da Educação do Campo nos anos que se seguiram.

Após a Conferência, organizou-se uma “Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo”, que entre as iniciativas está a coleção de sete publicações *Por uma Educação Básica do Campo*, que sistematizou as lutas e suas produções ao longo de 10 anos.

A Articulação Nacional também incentivou a organização a nível regional e estadual. Minas Gerais, segundo Silva (et al, 2005, p.2549), de forma inédita, fundou a Rede Mineira de Educação do Campo em 1998 e organizou um encontro Estadual, promovido pelo MST, FETAEMG, CPT E AMEFA, “com o envolvimento de diferentes movimentos sociais do campo, pastorais, profissionais da educação da rede municipal e estadual de ensino, pais e alunos, educadores de universidades, entre outros”. Segundo os autores, o objetivo principal do encontro era analisar a realidade da educação no meio rural e a proposta de projeto educacional e político a partir do campo.

A segunda Conferência Nacional Por uma Educação do Campo aconteceu em 2004, novamente em Luziânia, e, de acordo com a declaração final do evento, participaram um total 1.100 pessoas, dentre elas representantes de Movimentos Sociais e Sindicais, Organizações Sociais de Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo e da Educação; das Universidades, ONG’s e de CEFAS (Centros Familiares de Formação por Alternância); de secretarias de educação (a nível estadual e municipal) e de outros órgãos públicos com atuação vinculada à educação e ao campo. Essa declaração final resgata a trajetória do movimento *Por uma Educação do Campo*, bem como lista dos desejos e das lutas necessárias dali em diante.

Outro movimento importante de destacar na construção da Educação do Campo, introduzindo já a questão das políticas públicas da qual falaremos a seguir, é o FONEC - Fórum Nacional de Educação do Campo, que surgiu em 2010 com o objetivo de discutir e analisar criticamente políticas públicas voltadas para Educação do Campo, bem como proposições nesse âmbito, como aponta a Carta de Criação do Fórum.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

CARMO, NAYARA. Mapeando a educação do campo em Minas Gerais: um estudo sobre egressos da licenciatura em educação do campo da UFMG (2005-2011) do Vale do Jequitinhonha. **Dissertação De Mestrado**. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAISbELO HORIZONTE, 2019.